

2.



Gavião

2. Ângelo Vaz, medicina e neomalthusianismo

Os numerosos textos relativos à “tese inaugural” apresentada no final do curso médico-cirúrgico às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto (depois Faculdades de Medicina, a partir de 1911) não são trabalhos de grande impacto científico, não correspondem a descobertas, mas sim, na sua maioria, a abordagens temáticas de síntese ou de estudo de casos com vista à produção de um elemento de avaliação escolar indispensável. Trabalhos escolares, obrigatoriamente impressos, apresentavam qualidade muito variável. Ricardo Jorge desdenhava delas, não obstante a sua presença em numerosos júris, função inerente às suas funções de docente, em que eram aprovadas como elemento curricular fundamental para completar a formação do jovem médico e habilitá-lo ao mercado de trabalho. Sobre as teses e suas circunstâncias sobram mitologias várias. Era o último “embate” do estudante de medicina com os seus mestres, a oportunidade para mostrar conhecimento e erudição, mas também de confronto!

Com o distanciamento adequado, podemos valorizar essas teses como documentos interessantes e pertinentes para o conhecimento histórico, que nos revelam o padrão de conhecimentos adquiridos pelos médicos de um dado período, rastreado pelo que dizem e pelo que não dizem, vislumbrando-se ou não o conhecimento da bibliografia, das correntes seguidas, da atenção prestado ao progresso científico, da capacidade ou não para partir de casos reais e enquadrá-los nas teorias vigentes.

Neste quadro, o presente artigo procura visitar uma tese que é reconhecidamente inovadora, na medida em que traz ao seio da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1902, a discussão de um tema perturbador para a época e para o meio social, a discussão das questões relativas ao controlo da natalidade. Trata-se da tese de Ângelo Vaz — *O Neo-Malthusianismo*.

O médico e político Ângelo Vaz

Quem foi Ângelo Vaz (1879-1962)? Conjugando várias referências¹, podemos anotar alguns tópicos de reconhecimento biográfico. De seu nome completo, Ângelo Alves de Sousa Vaz, nasceu em 16 de fevereiro de 1879, em Lisboa, filho de Júlio Alves de Sousa Vaz e Maria Vitória Brandão. Seu pai era oficial da Marinha Portuguesa, chegando a contra-almirante.

Ângelo era irmão mais novo (menos 18 meses) de Júlio Alves de Sousa Vaz Júnior (1877-1963), que veio a ser um escultor de relevo, formado na Academia Portuense de Belas-Artes, onde ingressou em 1893, seguindo depois para Paris, apurando aí a sua formação transição, para se fixar depois em Lisboa: produziu algumas esculturas públicas de referência com atelier profissional, além de professor no ensino secundário, fixando-se como docente na Escola

[1] Oliveira Marques, A.H. (Org.) - *Parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa, Assembleia da República / Ed. Afrontamento, 2000, p. 435.

Industrial Machado de Castro.

Tal como o irmão, também Ângelo Vaz fez a sua formação superior no Porto, na então Escola Médico-Cirúrgica, no âmbito da qual apresentou, em 1902, a tese inaugural – *O Neomalthusianismo*, quando tinha 23 anos. Importa dizer que a tese, além de dedicada aos pais e irmão, é também dedicada ao conselheiro Bernardino Machado e família. Uma carta datada de 26.11.1902, disponível no arquivo digital Casa Comum, da Fundação Mário Soares, evidencia a forte ligação de Ângelo Vaz a Bernardino Machado e família já por esta altura, com o autor a comunicar a este a sua deslocação para Paris para desenvolver uma especialização médica e a congratular-se com o seu interesse pelo tema².

Para ampliar a informação, importa recuperar aqui, do seu livro “A Bem do Povo”, editado em 1946, a dedicatória: “às memórias saudosas de meu Pai, contra-almirante Júlio Vaz e de meu sogro, presidente Bernardino Machado, amigos fraternos desde a infância, ínclitos cidadãos, democratas e patriotas”. Esta memória, para além da lembrança dos laços familiares de republicanos ainda vivos na altura, num tempo de chumbo adverso como era o ambiente do Estado Novo, tem a relevância de nos elucidar sobre a sua ligação a Bernardino Machado. Bernardino, depois de deputado, par do reino e ministro regenerador, aderiu ao Partido Republicano em 1903, vindo a ser ministro, chefe de governo e Presidente da República.

Ângelo Vaz tinha seguido, tal como o irmão, para Paris, logo em 1902, onde se especializou em “doenças de crianças”, sendo discípulo do célebre Adolphe Pinard (1844-1934), como ele próprio afirma num texto posterior, e cujas linhas de puericultura seguiu, nomeadamente a então inovadora “puericultura intra-uterina”, como se pode desde logo ver no seu livro “Às mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças” (1906), em que se apresenta como médico especialista de doenças de crianças.

Regressando ao Porto em 1904, onde se fixou como médico, filiou-se logo no Partido Republicano, passando a integrar a respetiva comissão municipal no Porto (1905-1908). E casou pouco depois com Maria Manuela Dantas Machado (1881-1967), a filha mais velha de Bernardino Machado e Elzira Dantas Machado, cuja prole constou de 18 descendentes. Do casamento de Ângelo Vaz resultaram apenas dois filhos: Júlio Machado de Sousa Vaz (1909-1999) e Bernardino Machado de Sousa Vaz.

Paralelamente à profissão de médico, Ângelo Vaz desenvolveu acção política local e nacional, sendo eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1911 e depois em várias sessões até 1921. Foi ainda secretário de Bernardino Machado em várias alturas da sua vida governamental e presidencial, acompanhando-o, nesta condição, a França, durante a Grande Guerra, à frente de combate das tropas portuguesas, de que resultaria a sua obra *Viagem Presidencial – 1917*

[2] <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06747.154>.

(editada em 1923)³. Foi médico escolar dos liceus do Porto e depois apenas do Liceu Alexandre Herculano, a ele se devendo, como deputado, a iniciativa das propostas para a construção dos novos edifícios desses dois estabelecimentos. Maçon, participava da Loja Luz e Vida, no Porto, onde usava o nome simbólico de *Saint Just*⁴.

Paralelamente à atividade de medicina, desenvolvia trabalho de jornalista, função que decorria da sua participação cívica, conforme se pode ler no prefácio do referido livro “A Bem do Povo” (1946), no qual exprime a sua luta pelo “bem do povo que moureja, sofre e produz nos campos e nas cidades, quer com os braços, quer com os cérebros”, naquilo que considera o seu dever de “médico, cidadão, jornalista e democrata”.

Esse livro representa, aliás, uma breve recolha de artigos que publicou e outros, com relevo para os da conjuntura da segunda guerra mundial, pois evidencia a sua ligação desde o início do conflito aos Aliados, transcrevendo correspondência com o adido de imprensa da Embaixada Britânica em que revela a sua admiração e a sua esperança na ação de Winston Churchill, ao mesmo tempo que sinaliza posições desde 1917 adversas aos alemães. O autor explicita outras relações e preocupações políticas que apontam para a unidade democrática e a resistência à ditadura. Desde logo, a admiração mútua com o Padre Alves Correia, carta em que revela estar a ler o teólogo Jacques Maritain e aponta o equívoco persistente entre “democratas e verdadeiros cristãos”, disponibilizando-se para ser “um dos mais humildes mas mais sinceros colaboradores na reconciliação franca e leal do Cristianismo e da Democracia política, económica e social”, afirmando: “Cristianismo, Ciência e Democracia devem ser os pilares essenciais da Sociedade futura a fraguar”⁵. O volume dá-nos ainda indicações sobre artigos e temáticas abordadas na altura por Ângelo Vaz em periódicos como *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, onde escrevia com pseudónimo, tocando questões como a Saúde Escolar ou tópicos políticos mais amplos. Note-se, todavia, que a sua participação na imprensa acompanha o seu percurso de vida quase desde o início profissional, quer em publicações médicas, literárias (a revista *A Águia*) ou imprensa generalista (*O Norte, Montanha, Pátria, O Mundo*), bem como em alguns jornais regionais.

Politicamente, Ângelo Vaz foi uma figura de relevo na vida política do Porto, primeiro como republicano, pela sua ação e ligações no final da monarquia e durante a I República, tornando-se depois uma figura de referência da Oposição Democrática, no tempo do Estado Novo, ainda que com uma atividade discreta que a situação política adversa impunha⁶. Faleceu no Porto a 6 de dezembro de 1962.

Malthusianismo e neomalthusianistas

Como se infere da designação, o neomalthusianismo procura recriar o malthusianismo,

[3] Para além da obra citada sobre a viagem presidencial, merece relevo outro volume: Vaz, Ângelo – Bernardino Machado. *Sentimentos, ideias e factos do seu tempo*. Porto, ed. de autor, 1950.

Outra correspondência consultável no arquivo digital Casa Comum, da Fundação Mário Soares, permite-nos entrever a proximidade de Ângelo Vaz com Bernardino Machado, ao longo do tempo: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_1363.

[4] Oliveira Marques, ob. cit., p. 435.

[5] Vaz, Ângelo - *A Bem do Povo*. Porto, edição de autor, 1946, p.14.

[6] Da sua experiência política, ficou outra publicação interessante: Vaz, Ângelo – *Homens da República; vida vivida*. Porto, 1954.

ou seja, as teorias sobre o crescimento da população como variável independente da oferta de bens alimentares. Segundo Malthus (*Ensaio sobre o Princípio da População*, 1798), havia um desequilíbrio entre o crescimento da população, que se fazia em progressão geométrica, e o crescimento das subsistências, que se fazia em progressão aritmética. Desse desequilíbrio resultava a pobreza, pois “nem todos podiam ter acesso ao banquete da natureza”, que se explicava, assim, de uma forma naturalista, esquecendo o papel do sistema social na promoção das desigualdades. Em termos breves, digamos que essa leitura malthusiana implicaria um controlo forte e constantemente ativo da população, que, no âmbito da moral religiosa perfilhada pelo autor, deveria recair sobre os pobres, através da restrição moral, ou seja, da prática da abstinência sexual por parte daqueles que não tinham meios para alimentar eventuais filhos. O casamento tardio era a solução mais preconizada, pois, vendo Malthus o casamento como um dispositivo social concebido especificamente para a procriação, só devia casar quem tivesse meios para assegurar a subsistência à sua prole, sob pena de se propagarem os meios naturais do reequilíbrio (fomes, pestes, guerras). Os contraditores de Malthus vieram de várias origens, desde os populacionistas, para quem a população era uma riqueza ao serviço dos sistemas dominantes, aos que, ironicamente, viam nessas posições uma outra lei que Malthus não pronunciava, uma pretensa “lei da utilidade da miséria”, dado que, na sua perspectiva, seriam os pobres a equilibrarem o sistema demográfico, o que não podiam aceitar, procurando por isso outras soluções. Para alguns, porém, a problemática malthusiana tinha pertinência: o problema do desequilíbrio população/subsistências parecia claro face ao crescimento do designado pauperismo no século XIX, apesar do crescimento global da riqueza. Como superar, então, o problema de serem as classes pobres a suportarem o peso da abstinência sexual, contra o instinto vital e o perigo social da “fome de sexo”? Os neomalthusianos, que genericamente aceitam a situação de desequilíbrio, ainda que em vários tons, encontram uma solução: não seguindo a moral religiosa de Malthus e a sua preconizada castidade para os pobres, reconhecem o direito de todos à sexualidade e procuram dissociá-la da procriação, ou seja, esta deve ser conscientemente assumida através de práticas de controlo que hoje designamos de planeamento familiar, assumindo que o ser humano é senhor do seu destino e da sua felicidade. Os neomalthusianos não tiveram vida fácil, apesar dos seus estudos científicos, sendo perseguidos pelas autoridades em vários países e acusados de corrupção dos costumes da juventude, combatidos ideologicamente pelos natalistas. São os movimentos anarquistas e feministas que vão assumir as posições favoráveis ao controlo da natalidade através de métodos contraceptivos a serem usados racionalmente no seio da vida conjugal.

De entre as várias publicações em torno das questões levantadas pelos neomalthusianos, merece uma referência especial uma obra médica inglesa, cuja tradução foi publicada nos finais do século XIX em Portugal. De autor anónimo (identificado como George Drysdale mais tarde, após o seu falecimento), viria a tornar-se uma bíblia para os neomalthusianos, sendo traduzida em várias línguas e com múltiplas edições, sendo também objeto de perseguições e arrestos em

vários países. De qualquer modo, em 1896, a Casa Editora António Maria Pereira, em Lisboa, publicitava a 2.^a edição, dessa obra – *Elementos de Ciência Social, ou religião física, sexual e natural*, que apresentava como “Exposição da verdadeira causa e do único remédio dos três principais males sociais: a pobreza, a prostituição e o celibato, por um doutor em medicina”, traduzida da 31.^a edição inglesa”, ou seja, de uma edição já revista pelo autor, cuja primeira edição em Inglaterra datava de 1854. Esta edição portuguesa surgia num volume de 550 páginas, ao preço de 500 réis, também enviada pelo correio, aqui ao preço de 550 réis⁷. Importa, porém, notar que esta obra já tinha sido publicada em 1.^a edição em Lisboa, em 1876, editada pela Imprensa Democrática.

Esta obra, enquadrada na altura como licenciada, como um contributo para a queda da natalidade, era, no entanto, reconhecida como um contributo científico por outros médicos que a passaram a referir nos seus trabalhos. Com o correr do tempo, pode dizer-se que era a primeira (ou uma das primeiras, conforme o ponto de vista) de um discurso médico que procurava levar a sério a discussão sobre a problemática sexual, ou seja, numa perspectiva respeitável de valorização do corpo humano e do direito à sexualidade, como indissociáveis do direito à liberdade individual, recomendando para isso o uso de meios contraceptivos tanto para prevenir a gravidez como as doenças venéreas.

É no quadro de hostilidade para com as práticas neomalthusianas por parte das forças conservadoras, mas com um interesse crescente por parte da medicina para a sua intervenção neste domínio, que Ângelo Vaz produz a sua “tese inaugural”.

Ângelo Vaz e o neomalthusianismo

Percorrendo as cerca de 120 páginas do texto de *Neo-Malthusianismo*, saltando as dedicatórias já referenciadas em linhas anteriores, podemos ver Ângelo Vaz a socorrer-se de uma epígrafe de Descartes, em que este reivindica para a medicina o papel na solução dos problemas que dizem respeito à felicidade da humanidade. Esta epígrafe constitui a base para o autor apresentar a sua tese e esbater a estranheza que poderia surgir da abordagem do tema do neomalthusianismo, sublinhando a ligação estreita dessas posições com a medicina, através das dimensões da higiene e profilaxia sociais. Sublinha a importância do neomalthusianismo para o campo da saúde e para a existência de uma boa higiene social, pois, “pode transformar intensamente o aspeto da vida, graças a uma seleção consciente e livre”, com efeitos no momento e nas gerações futuras, na medida em que promoveria a sua “perfectibilidade” (p.19).

Seguem-se seis capítulos, ao longo dos quais podemos perceber uma formação intelectual que não se limitou aos manuais de medicina previstos para o curso, mas se espalhou por leituras ecléticas que atravessam tanto os filósofos clássicos como as novas eminências do cientismo

[7] Anúncio in *Branco e Negro*, 1896, n.º 38, p.11.

positivista e, sobretudo, os teóricos anarquistas, convocando alguns desses autores para as epígrafes com que abre os diversos capítulos (Descartes, Rousseau, Diderot, Elisée Reclus, Garnier, Condorcet, Paul Robin, Tardieu). Estamos, assim, perante um autor que, reconhecendo os problemas da desigualdade social não se resigna, como Malthus e tantos dos seus seguidores, a aceitar a explicação naturalista da necessidade da miséria para travar o fosso entre o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético das subsistências. Não se vergando ao naturalismo explicativo da desigualdade, considera a capacidade transformadora do homem para nivelar a sociedade, usar a liberdade e construir a felicidade individual e coletiva aos diversos níveis.

Não será por acaso que inicia o primeiro capítulo, dedicado à miséria, com uma epígrafe de Rosseau que considera a fundação da sociedade civil com o primeiro ato humano de alguém que disse – “isto é meu”, deduzindo a partir os confrontos e as guerras entre humanos, pois antes os bens eram de todos e a terra de ninguém, no horizonte do Éden primordial do bom selvagem. Ângelo Vaz ilustra mas não segue Rosseau, sustentando-se na antropologia e na arqueologia pré-históricas para delinear a evolução de um homem que ascendeu por entre as espécies e se emancipou numa “via dolorosa”, ultrapassando a sua “bestialidade feroz” e, no meio das hostilidades, abandonou a “curvatura servil e deprimente”. Centrando-se nos tempos próximos, considerava, contudo, a distinção de classes, tendo como base a propriedade privada, a origem e a causa da miséria. A excessiva concentração da riqueza nas mãos de alguns originava desprotegidos e explorados, apontando estimativas de milhões de miseráveis, dos quais só alguns, os “pobres oficiais”, viviam da assistência pública, que apontava como “uma das maiores mistificações” do século, tomando as palavras de Kropotkine, que estudara os estabelecimentos de caridade em diversos países, dos quais enuncia as linhas principais.

Se a interpretação evolucionista é a sua visão da formação da humanidade, Ângelo Vaz vai criticar o darwinismo social na forma como equacionava a luta pela existência (“desde que os economistas modernos guindaram às culminâncias de suprema lei da vida social um sofismado princípio de selecção de Darwin, a vitória e a persistência do mais apto”), legitimando a opressão e a desigualdade. Ângelo Vaz derivava daí as patologias sociais, da prostituição ao crime, do suicídio ao alcoolismo, defendendo o resgate destas situações humanas, em liberdade, pela reabilitação, pelo assegurar das condições de sobrevivência, teorizando, com o apoio de vários autores coevos, essas situações, derivadas do duplo “esfalfamento” que caracterizava a vida, na dupla vertente física e mental, o que conduziria à degenerescência da espécie humana, contra a qual era urgente reagir. E acreditava na “religião da solidariedade” proposta pelo geógrafo e anarquista Elisée Reclus: “A humanidade há-de sem dúvida tomar a direcção consciente e livre de toda a sua evolução para um grande ideal de justiça” (p. 48).

As conquistas do homem, tema do segundo capítulo, evidencia as contradições entre

o “amontoado de riquezas incalculáveis” e a miséria do tempo, não obstante o trabalho de crescente dominação da natureza e a produção da tecnologia industrial, criando novos meios de multiplicar a riqueza na produção industrial como na produtividade do solo. A grande transformação da agricultura, caracterizada com o apoio de Kropoktine (“Conquista do Pão”) e do químico Berthelot, não se compadecia com a distribuição da terra, dado o predomínio da grande propriedade na maioria dos países, remetendo, mais uma vez, para a questão da propriedade e sublinhando o apelo de Kropoktine para a expropriação, pois, só quando todos tivessem garantida a subsistência, se poderia falar de “solidariedade perfeita”.

Darwin e o darwinismo biológico dão corpo ao capítulo seguinte, focado na seleção natural e na adaptação às circunstâncias, triunfando o mais apto, processo de luta pela sobrevivência que se generalizou. E, assim, ao darwinismo biológico sucedeu o darwinismo social no campo das interpretações doutrinárias. E Ângelo Vaz interroga-se, questionando “se nas sociedades humanas, a luta pela vida, a concorrência entre os indivíduos, é uma condição de progresso e de evolução; ou se, pelo contrário, a existência dessas mesmas sociedades não é mais do que o protesto e a reação contra essa luta” (p.69). É para isso que busca apoio nos estudos antropológicos que procura expor para concluir que “o estudo minucioso e aprofundado dos diversos momentos históricos veio demonstrar que essa constante e pretendida vitória dos mais aptos era uma falsa noção de evolução da humanidade” (p.71). Não aceita a tese de que as sociedades progrediam indefinidamente graças à concorrência, refere autores que se pronunciam pelos ciclos de avanço, estacionamento e queda, pelo que, no longo prazo, “a humanidade não progrediria sensivelmente, mas manter-se-ia sempre ao mesmo nível de civilização”. Mas Ângelo Vaz faz questão de sublinhar que não comunga deste “pessimismo sociológico”, acreditando que “há sempre uma marcha ascensional, embora em determinados momentos haja uma suspensão aparente ou mesmo um retrocesso” (p.72). O esforço intelectual de Ângelo Vaz passa aqui por mostrar que a doutrina da seleção natural no domínio social “é viciada em toda a sua ação”. É no campo social que melhor se vislumbra esse desvirtuamento, pois, à época, “o privilégio económico” aniquilava o “pessoal eugénico, impossibilitando-o de laborar pela realização do progresso” (p.73), uma vez que a superioridade pertencia ao capital que esmagava toda a superioridade moral e intelectual, de forma que a vitória estaria longe de pertencer aos mais aptos, aos melhor dotados física ou mentalmente: “a seleção é feita conforme os capitais”. Assim, na esteira de Reclus, a “entre-luta” deveria dar lugar à solidariedade, à cooperação e ao auxílio mútuo, num “acordo pela vida” que deveria ser a fonte de todo o progresso da espécie humana (p.74). A lei do mútuo auxílio seria também uma lei natural, cuja ação deveria ser mais intensa do que a luta pela vida, diz, seguindo Kropoktine, tanto mais que a vitória de cada um dependerá da mesologia em que se insere, com a variabilidade do meio a alterar as condições de sucesso de cada um, logo, “não há homens superiores e homens inferiores” (p.77).

Um dos temas centrais, o malthusianismo, tem lugar no capítulo quarto, com a ressalva

de incluir a epígrafe de Joseph Garnier a sublinhar que o problema do equilíbrio entre população e subsistência deriva da natureza e não de Malthus, autor tão vilipendiado apenas por ter dado formulação teórica e evidência ao problema. E, alinhando com essa posição, Ângelo Vaz vai carrear contributos precursores de Malthus, com referências a Mirabeau, Montesquieu, Quesnay, Smith, Arthur Young, Say, que se referiram ao condicionamento da população pelos meios de subsistência, entreando o problema, embora sem a “limpidez” que lhe conferiu Malthus, quando procurou racionalizar a questão e sinalizar a necessidade de regularizar a natalidade, apontando o aumento da miséria e da mortalidade ao questionar as posições dos adeptos da perfectibilidade humana, em especial Godwin e Condorcet, que viam a prosperidade no aumento da população. Ângelo Vaz desenvolve com algum detalhe a controvérsia sobre o preceito da “moral restraint” (abstenção sexual) preconizada por Malthus como remédio para “a miséria e o vício”, sugestão com a qual desde logo não concordava, embora convergindo com a problemática levantada do desequilíbrio população/subsistências, cuja oposição atribuía apenas à forma empolada da retórica de pregador eclesiástico usada pelo autor do *Ensaio sobre o Princípio da População* para transmitir a mensagem. A preocupação de Malthus com o excesso de população parecia genuína, embora a demonstração do desencontro entre a lei do crescimento da população em progressão geométrica e da lei do crescimento das subsistências em progressão aritmética carecesse de demonstração, apesar das ilustrações tendenciais usadas por Malthus. Por isso, Ângelo Vaz faz eco de algumas críticas: desde logo o facto de o autor não ter considerado a desigualdade na distribuição das riquezas, factor que contribuiria para a falta de subsistências ao impedir a produção de muitos géneros pela superiorização de outros interesses ou a derivação da riqueza para produtos de luxo, “desnecessários à vida”; ou a distinção de classes que arrastava consigo inércias e inutilidade de muitas energias. Ou seja, a correlação entre população e subsistências arrastava a miséria pela má distribuição que se verificava.

O ponto crítico central da tese de Ângelo Vaz na análise da teoria de Malthus radicava, porém, no ponto da “moral restraint”, assente na “antinomia entre a fome o amor”, em que, para resolver a primeira, Malthus indicava o sacrifício ou a supressão do segundo:

“À fome de nutrição não soube senão contrapor a fome sexual. Os seus preconceitos religiosos e a ausência de conhecimentos bastantes da fisiologia humana impediram-lhe que visse mais longe, que fosse encontrar a suposta terapêutica da miséria noutra solução. Malthus não abstraía da ideia de amor a ideia de procriação. Para ele, todo o contacto amoroso, todas as relações sexuais deviam conduzir à criação dum filho. Logo que houvesse razões de ordem individual ou social que impedissem a concepção dum filho, deviamo-nos abster de toda a relação sexual. Daqui deriva esta conclusão lógica. Só o rico se poderia permitir o amor, visto que o pobre não poderia procrear sem o risco de aumentar a sua miséria. E os famintos, crentes na íntima ligação da voluptuosidade do amor e da procriação, defenderam, mui naturalmente, com entranhada e ciosa paixão, o direito de terem grande número de filhos, de possuírem o que eles chamam

o *pão dos pobres* [...] Necessário era proporcionar à classe proletária um meio que a afastasse da miséria e de todos os seus horrores. Malthus aconselhava-lhes o *moral restraint*, a abstenção das relações sexuais, salvo em condições tais que só resultassem filhos felizes. Era, nem mais nem menos, que castidade absoluta fora do casamento, casamento tardio e, depois deste realizado, grande moderação; e caso fosse atingido o número de filhos suficiente, um rigoroso cuidado em não procrear mais nenhum. Podia por ventura a humanidade aceitar semelhante conduta? Entre morrer de fome e morrer de amor o que seria preferível?” (p.100-101)

Ângelo Vaz responde com o seu alinhamento pelos “espíritos libertos de todo o preconceito religioso, de toda a influência metafísica, e iluminados por um concepção mais larga da fisiologia humana”, os quais encontraram a solução, propondo uma “nova religião sexual”. Tratava-se dos neomalthusianos, que tiveram desde logo a execração que perseguia Malthus, mas “livre e conscientemente orientados”, saberiam enfrentar a campanha e, com eles, “a humanidade poderá, por fim, evitar a fome e manter o amor”, no caminho da emancipação (p.102).

Segue-se então novo capítulo com o objetivo de explicar o papel dos neomalthusianos, que, encarando como fulcral o problema do excesso da população, procuram resolvê-lo de modo diferente de Malthus. Ao contrário deste, não prescreviam a abstinência sexual, porque isso geraria um mal maior, a “fome sexual”, mas propunham-se “conciliar o direito à subsistência com o direito ao amor”. Neste capítulo, o autor em que Ângelo Vaz faz ancoragem é Paul Robin.

A referência propulsora do neomalthusianismo era a obra *Elementos de sciencia social, ou religião sexual, physica e natural*, de autor desconhecido, mas doutor em medicina, que, em 1896, já tinha 31 edições em Inglaterra, com traduções em múltiplas línguas⁸, obra que rapidamente se difundiu e passou a ser a referência neomalthusiana. Propondo como terapêutica a “cópula preventiva” ou “esterilidade voluntária”, os neomalthusianos defendiam substituir a “proliferação ao acaso, inconsciente e irrefletida (...) por uma proliferação voluntária, meditada e consciente”, com processos que, gradualmente, mereceram a atenção de outros médicos e fisiologistas como Condom, Knowlton e outros. Entretanto, eram as classes ricas as que melhor conheciam e praticavam as recomendações neomalthusianas, assumindo Ângelo Vaz, na linha das posições médicas e anarquistas, que era uma missão divulgar junto do proletariado estes processos, como forma de controlar a multiplicação e as suas condições de existência, ou seja, garantir uma “descendência restrita mas melhor”. Não faltam laivos eugenistas neste discurso, conotação que marca todos os neomalthusianos, dado que, num otimismo ainda inicial, preconizavam a qualidade dos nascidos em vez da quantidade, quando refere as aspirações dos neomalthusianos como sendo a de uma formação duma “humanidade nova, vigorosa e pujante na sua vida física e mental, graças a uma seleção conscientemente querida e livremente aceite” (p.107).

E defende que é nesse nexos que o neomalthusianismo se relaciona com a medicina, exigindo

[8] Em Portugal, em 1896, já ia na segunda edição, editado pela Casa Editora António Maria Pereira (ver referência anterior a esta obra).

o estudo criterioso da utilidade dos processos propostos, face ao “modo de ser social” dominante, em que grassava a miséria e as doenças endêmicas, como a tuberculose e outras formas de “degenerescência e decadência orgânicas”, cujas medidas de combate não passavam de paliativos (ex: criavam-se sanatórios para os tuberculosos, mas deixavam-se multidões a viver na miséria, sem transformar a existência econômica causadora da doença!). Seria preciso, antes de tudo, conseguir-se “um bom nascimento”, ou seja, alcançar “a transformação completa da forma irrefletida e inconsciente como são procreadas as crianças que vão constituir as gerações futuras” (p. 110). E, próximo dos ideais anarquistas, Ângelo Vaz defende o “amor livre”, no sentido de afirmar a necessidade de evitar toda a opressão que envolve a constituição da família e da gravidez:

[...] quando a mulher, emancipada para sempre da opressão e do jugo do homem, puder, consciente e livre, escolher o companheiro preferido para uma existência em comum, a livre maternidade será a consequência lógica do amor livre. A mulher terá o legítimo direito e a liberdade de escolher a época em que deseja ser mãe. O amor livre e a livre maternidade são os termos indissolúveis duma concepção bem mais larga da família. Uma vez efetuada uma união sexual, perfeitamente liberta de todos os convencionalismos que dominam e escravizam a atual instituição da família, o homem e a mulher cooperarão, de comum acordo, na gênese de uma descendência mais forte e mais perfeita (p. 111).

Conceber uma criança seria então um processo rodeado de múltiplos cuidados, desde as condições previstas pela ciência para uma boa concepção, com a mulher informada das noções precisas e práticas adequadas, com todas as indicações da boa higiene física e moral, no equilíbrio perfeito para a “eclosão de um novo ser”. E os neomalthusianos iam mais longe, defendendo que não se abandonasse o novo ser aos acasos e perigos da infância, mas preconizavam o seu acampamento desde o berço até ao desenvolvimento integral, pois, “uma boa educação será o corolário dum bom nascimento” (p. 113). Vendo as prescrições do neomalthusianismo como um “verdadeiro evangelho de regeneração humana”, Ângelo Vaz considerava a urgência de as difundir e tornar populares, tomando como dogma o princípio de ser “preciso não dar nascimento senão a crianças que tenham as maiores probabilidades possíveis de serem felizes e úteis”, mas tal só poderia acontecer com uma boa organização social (p. 114). E, nesse sentido de expor os grandes princípios do movimento, transcreveu, na íntegra, no francês original, o *Relatório da Liga da Regeneração Humana ao Congresso Libertário de Paris, em setembro de 1901*, que, na verdade, parece constituir o guião para o desenvolvimento da tese de Ângelo Vaz. É este manifesto que indica como uma das suas edições, o panfleto “Meios para evitar as grandes famílias”, tradução para francês da brochura editada pela Liga Neomalthusiana holandesa.

Com uma epígrafe de Tardifu, registando que ao “ministério sagrado da medicina, obrigado

a tudo ver, se lhe permite também tudo dizer”, Ângelo Vaz avança para o último capítulo, dedicado ao neomalthusianismo prático. Adota então os preceitos inscritos na brochura “Meios para evitar as grandes famílias”, da autoria da Liga Neomalthusiana Holandesa, indicando, mais uma vez, que esta Liga era uma sociedade legal, legitimada como entidade civil por decreto régio de 30 de janeiro de 1895. Partindo da questão central, em que para evitar a gravidez será necessário evitar a penetração do esperma no útero, equaciona os meios, desde o disponível para o homem (*coitus interruptus*), pouco eficaz, aos cuidados disponíveis para a mulher (a esponja, o pessário ocluso e irrigação posterior cujo uso deveria ser ensinado pelo médico ou parteira), indicando recomendações e esbatendo preconceitos relativos à procura de informação e uso:

“As mulheres da classe pouco abastada pensam por vezes que o emprego dos meios de prevenção as faz descer ao nível das prostitutas. Nada mais falso! Vemos, com efeito, que na classe burguesa e entre as pessoas de uma sociedade mais alta, o número de filhos é sempre mais restrito que entre os pobres, por causa do emprego dos meios preventivos recomendados pela Liga” (p. 133).

E terminava, registando que as práticas neomalthusianas eram pouco conhecidas em Portugal, sendo que a sua divulgação entre as classes pobres era de absoluta necessidade, sobretudo o uso da esponja e do irrigador, “não só como meio preventivo, mas como indispensável higiene sexual” (p. 133).

Importa dizer que a discussão da “tese inaugural” incluía ainda um conjunto de proposições, referentes a várias disciplinas, para eventual discussão. Deste modo, numa extensão da temática da tese, Ângelo Vaz colocava em Obstetrícia: “Uma boa gestação depende diretamente da prática do neomalthusianismo”; e em Medicina Legal – “Não vem longe o tempo em que fazer um filho será um ato duma grande responsabilidade moral e social” (p. 138).

Esta aproximação e/ou utilização dos teóricos anarquistas, ainda que perpetivados numa posição de conferir qualidade às crianças, propondo a diminuição do número de filhos para apurar os cuidados a prestar, teve os seus custos na avaliação, pois a tese teve uma classificação de *Bom*, o equivalente a um intervalo de 15-17 valores. Não se apresentava impunemente uma tese com uma temática ainda tão inovadora, discutindo questões centrais da vida social e da saúde, mas que fluíam apenas em livros lidos discretamente sem exposição pública, quando as forças do poder político e religioso condenavam formalmente estas posições, contrapondo as suas posições natalistas.

Ângelo Vaz – o médico das crianças

Torna-se, por isso, relevante observar a evolução do autor na sequência da sua ida para França, para efeitos de especialização, frequentando os meios da puericultura, contatando com os grandes nomes da altura, como foi o caso de Adolphe Pinard, o médico ginecologista que introduziu a auscultação sistemática e a apalpação abdominal na gravidez, pioneiro das práticas da perinatalidade⁹, evoluindo depois para os primeiros princípios da eugenia, centrada essencialmente na qualidade de gestação.

O percurso formativo de Ângelo Vaz em França teve um efeito direto no livrinho *Às Mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças*, um manual popular de cuidados maternos, editado em 1906, ou seja, dois anos após o regresso a Portugal, no qual se apresenta como “médico especialista de doenças de crianças”. O texto prefacial do livro, com data de novembro de 1905, abria com a seguinte afirmação: “A mulher, em geral, chega à maternidade na mais lamentável carência de noções que a guiem na criação dos filhos”. Reagir contra essa ignorância era uma obrigação do médico especialista da área, considerava ele, registando que muitas crianças sucumbiam vítimas da incúria materna, fruto da falta de instrução para os cuidados maternos, que, em França já era ministrada no ensino primário, com noções de puericultura para as raparigas dos 10-14 anos, enquanto em Portugal as futuras mães eram “entregues à própria inspiração”. O livro representava essencialmente uma condensação dos princípios científicos então prevalentes para objetivos de divulgação e orientação no domínio da puericultura, sendo destinado a todas as mães presentes e futuras, nele se observando a inspiração na literatura especializada de França, com múltiplas referências a Adolphe Pinard e às suas lições na Maternidade Baudelocque, bem como a um largo leque de outros especialistas. O manual está estruturado em duas grandes partes – “Puericultura intra-uterina” e “Puericultura extra-uterina”. Pela primeira parte, perpassam os cuidados a ter com a higiene da mulher grávida, desde a alimentação e outros aspetos do quotidiano aos exames médicos; os cuidados a observar com a higiene do parto. Na segunda parte, os cuidados de puericultura extra-uterina corriam todas as fases de crescimento, desde o corte do cordão umbilical e primeiros cuidados ao aleitamento materno, aleitamento por amas e aleitamento artificial, dentição, desmame, vacinação. A terminar o livro, surge a transcrição de uma folha avulsa que, desde 25 de maio de 1905, o médico Ângelo Vaz distribuía pelas suas clientes com “Regras para o aleitamento das crianças”, concluindo com a afirmação de que “não basta o amor maternal a proteger a saúde; é preciso que esse sentimento se oriente pelos preceitos científicos, que anteriormente condensamos. Disso depende o futuro da raça e a felicidade das gerações de amanhã.”

São 184 páginas que trazem a proposta inovadora do acompanhamento médico da mãe na fase da gravidez e os múltiplos cuidados a ter com a criança após o seu nascimento, marcados pelas preocupações higiénicas¹⁰.

[9] Pinard, A. – *Traité du Paper abdominal au point de vue obstetrical*. Paris, H. Laureyans, Libraire-Éditeur, 1878.

Idem – *La puériculture du premier âge*. Paris, A. Colin, 1904. Idem, *De L'eugennétique*. Paris: Steinheil, 1912.

[10] Vaz, Ângelo - *Às Mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1906.

Este tipo de preocupações com a qualidade da criança levam à produção do seu primeiro texto na revista *A Águia*, intitulado “As crianças e a República”, no número 2, publicado em dezembro de 1910. Trata-se dum texto eloquente, onde sublinha que “o grau de civilização nas sociedades modernas se avalia pelos cuidados e carinhos dedicados às crianças”, evocando esta valorização noutros países e revelando a sua esperança na capacidade transformadora do novo regime acabado de instalar. Mostrando que em Portugal muito havia a fazer, defende maternidades, com subsídios pecuniários e uma lei de repouso para as mulheres grávidas, dois meses antes do parto, para proteger o feto e o seu completo desenvolvimento. Defende a assistência pública durante o parto, a garantia “ao filho do pobre do leite materno”, as consultas de amamentados, a criação de “gotas de leite” ou lactários, a criação de creches, de cantinas e mutualidades escolares, o ensino primário obrigatório, laico e gratuito, a que acresceriam outras medidas como a hospitalização infantil, os sanatórios marítimos, os asilos¹¹.

No número 5 da mesma revista, em fevereiro de 1911, novo artigo sobre “Duas leis da República”, a saber, a que gratificava por inteiro as professoras primárias durante dois meses, no período antes e depois do parto e a que prestava assistência às “crianças moralmente abandonadas”. Sublinhando a importância destas leis na perspetiva da saúde, nelas via o início de um novo espírito de solidariedade social que se desenvolveria no futuro, acreditava Ângelo Vaz¹². Entretanto, nomeado para médico dos liceus do Porto, os seus textos sobre saúde passam a focar, naturalmente, as suas reflexões no campo da saúde escolar.

Considerações finais

Ângelo Vaz, médico e político, que voluntariamente se apagou atrás da figura luminosa e prestigiada de Bernardino Machado, tornando-se seu genro e acompanhando-o politicamente de perto, apresenta-se com um percurso interessantíssimo, desde as obras médicas aos textos políticos que publicou na imprensa, quer na fase da República, como republicano ativo, quer na Ditadura / Estado Novo, publicando nesta última fase com pseudónimo. Começamos uma incursão aos textos de Ângelo Vaz pela sua “tese inaugural”, um texto relevante, cuja temática a classe médica não se atrevia a trazer à publicidade, encontrando o autor espaço para o fazer na então Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Obra de juventude, traça-nos um estado da arte da literatura neomalthusiana, que mostra conhecer com detalhe, sendo fácil perceber o seu encantamento com as posições dos mais relevantes autores anarquistas, caldeando essas perspetivas com os mais recentes autores médicos e buscando enquadramento em autores clássicos. Para quem conhece o quadro histórico das “teses inaugurais”, Ângelo Vaz arriscou na sua escolha, pensando essencialmente na posição generosa de querer ajudar os pobres numa dimensão que considerava essencial para a “regeneração humana”, a divulgação das práticas de controlo da natalidade. Ângelo Vaz convocava a medicina a tomar parte nessa problemática,

[11] Vaz, Ângelo - “Duas leis da República”. In *A Águia*, nº 2, 1910, pp. 14-16.

[12] Vaz, Ângelo - “Duas leis da República”. In *A Águia*, nº 5, 1911, pp. 10-11.

ligada à saúde pública e indissociável da felicidade humana, propondo uma profilaxia social indispensável neste domínio, difundindo meios de controlo da natalidade então ainda essencialmente conhecidos e praticados pelas classes mais cultas e divulgados publicamente apenas pelos meios libertários, de que Ângelo Vaz era simpatizante e, na verdade, também um divulgador.¹³

[13] Ver: Freire, João; Lousada, Maria Alexandre – O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, Vol. XVIII (72-74), 1982, p. 1367-1397.
Idem – *Greve dos Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.



1.

1. Fotografia, com Ângelo Vaz, no palacete de Mantelães, Paredes de Coura, o 4.º a partir da direita, sentado. Com a devida vénia, extraído de <http://manuel-bernardinomachado.blogspot.com/2012/05/paredes-de-coura-mantelaes-para-o.html>.

2. Cartão de Ângelo Vaz. Extraído de Casa Comum – Fundação Mário Soares: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06726.164>

Angelo Vaz

MEDICO-CIRURGIÃO

ESPECIALISTA DE DOENÇAS DE CRIANÇAS, COM PRÁTICA
NOS HOSPITAES DE PARIS

Consultorio:—R. de Santo Antonio, 223
(Consultas das 2 ás 5 horas da tarde)

Residencia:—R. de Malmerendas, 104—PORTO2.